

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

PROCESSO Nº: 207/2026

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO COMPLEMENTAR DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDENDO AS ESPECIALIDADES, QUANTITATIVOS ESTIMADOS, CARGA HORÁRIA, LOCAIS DE ATUAÇÃO, JORNADAS DE TRABALHO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

IMPUGNANTE: DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.435.382/0001-26

O **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES/BA**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 14.117.329/0001-41, com sede na Rua Abílio Dias, s/n, bairro Joaquim Antunes, Município de Campo Alegre de Lourdes, Bahia, CEP 47.220-000, por intermédio do seu Pregoeiro Oficial e equipe de apoio, designados pelo portaria nº 001/2026, de 05 de janeiro de 2026, vem, em razão da **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Credenciamento de número em epígrafe, formulada por DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.435.382/0001-26, com sede na Avenida Brasil, nº 521, Centro, Iguaçu/PR, CEP 86.750-000,, por intermédio do seu representante legal, apresentar as suas razões, para ao final decidir, como segue:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, quanto à tempestividade, verifica-se dos autos que a impugnação apresentada pela empresa DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. foi protocolizada em 10 de agosto de 2026, conforme se extrai da própria peça impugnatória acostada ao processo administrativo.

Considerando que a manifestação foi apresentada dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório para a impugnação de seus termos, resta caracterizada a sua tempestividade, não se verificando qualquer óbice de natureza temporal ao conhecimento da insurgência.

Afigura-se, portanto, regularmente exercido o direito de impugnar as disposições editalícias, razão pela qual se reconhece o preenchimento do respectivo pressuposto de admissibilidade.

2. DO RELATÓRIO



Trata-se de impugnação apresentada pela empresa DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., em face do Edital de Credenciamento nº 005/2026, promovido pelo Município de Campo Alegre de Lourdes/BA, cujo objeto consiste no credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado para a prestação de serviços médicos destinados ao atendimento complementar da Rede Municipal de Saúde, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Conforme consta dos autos, a impugnação foi apresentada tempestivamente, insurgindo-se a interessada, especificamente, contra as exigências estabelecidas no item 10.1.2.3, alíneas "j" e "k", do instrumento convocatório, reproduzidas no item 8.2, alíneas "i", "j" e "k", do Anexo I – Termo de Referência, mediante as quais se exige, para fins de habilitação, a apresentação de profissional com formação superior em Administração, devidamente registrado no conselho profissional competente, bem como a comprovação de vínculo desse profissional com a empresa interessada, mediante CTPS, contrato social, estatuto, ato constitutivo ou contrato de prestação de serviços.

Sustenta a impugnante, em síntese, que a exigência de profissional com formação em Administração, bem como a correspondente comprovação de vínculo, não ostenta pertinência material com o objeto do credenciamento, que se circunscreve à prestação de serviços médicos junto às unidades da Rede Municipal de Saúde.

Aduz, ainda, que a exigência extrapola os limites impostos pelo art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021, por não se revelar indispensável à adequada execução das obrigações assumidas, além de representar restrição desarrazoada à competitividade e ao amplo acesso de interessados ao procedimento de credenciamento.

Defende, portanto, o afastamento das exigências constantes das alíneas "j" e "k" do item 10.1.2.3 do Edital nº 005/2026.

É o relatório. Passa-se à análise.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO

Da ausência de pertinência e indispensabilidade da exigência de profissional com formação em Administração

A impugnação merece acolhimento. A questão central reside em aferir se a exigência de que a empresa interessada no credenciamento mantenha vínculo com profissional de nível superior formado em Administração, regularmente inscrito no respectivo Conselho Profissional, constitui requisito legítimo e juridicamente necessário à adequada execução do objeto.

A resposta, à luz dos elementos constantes dos autos e da disciplina jurídica aplicável, é negativa.

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que o procedimento licitatório deverá assegurar igualdade de condições aos concorrentes, admitindo-se somente exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Não se trata, portanto, de autorização irrestrita para que a Administração estabeleça quaisquer requisitos que, em abstrato, possam guardar alguma relação com a estrutura empresarial do interessado. A exigência de habilitação deve estar vinculada ao objeto da contratação e apresentar nexo de pertinência objetiva com a capacidade necessária à sua satisfatória execução.



A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, reforça essa compreensão ao estabelecer, dentre outros, os princípios da legalidade, igualdade, eficiência, interesse público, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

No mesmo sentido, o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita às hipóteses legalmente previstas, contemplando, conforme o caso, profissional registrado no conselho competente, atestados de capacidade, indicação de pessoal técnico, requisitos previstos em lei especial e registro ou inscrição na entidade profissional competente.

A interpretação sistemática desse dispositivo não permite concluir pela possibilidade de exigência de profissional de determinada área simplesmente em razão de sua formação acadêmica, quando inexistente demonstração de que tal profissional seja necessário, indispensável ou diretamente responsável pela execução do objeto contratado.

No caso concreto, o objeto do Credenciamento nº 005/2026 é a prestação de serviços médicos destinados ao atendimento complementar da Rede Municipal de Saúde. A própria natureza da contratação evidencia que o núcleo da obrigação a ser executada pelas futuras credenciadas está relacionado à disponibilização e atuação de profissionais médicos aptos à prestação dos serviços de saúde contratados.

Nesse contexto, a exigência de profissional com formação em Administração não se apresenta como requisito necessário à demonstração da capacidade técnica para a execução do objeto. Ao contrário, a capacidade técnica diretamente relacionada ao objeto encontra-se vinculada à área médica, sendo pertinente, nesse aspecto, a comprovação da regularidade dos profissionais médicos perante o respectivo Conselho Regional de Medicina, requisito já contemplado no próprio instrumento convocatório.

Assim, a exigência de administrador, nas condições previstas no Edital, mostra-se dissociada do núcleo essencial da contratação, não contribuindo, de maneira necessária e comprovadamente relevante, para assegurar a execução dos serviços médicos objeto do credenciamento.

Em matéria de contratação pública, a Administração não dispõe de liberdade para converter requisitos acessórios ou meramente organizacionais em condições de acesso ao procedimento quando ausente demonstração de sua imprescindibilidade para a execução contratual.

O poder discricionário administrativo encontra limites precisamente nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e competitividade, não podendo o instrumento convocatório estabelecer condicionamentos que, embora formalmente previstos, não encontrem substrato material no objeto a ser contratado.

Da incidência do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e da necessária vinculação entre a qualificação técnica e o objeto

A insurgência também procede sob a perspectiva do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

O dispositivo estabelece balizas objetivas para a documentação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, justamente para impedir que o procedimento de contratação seja onerado por exigências estranhas à demonstração da efetiva capacidade do interessado para executar o objeto.

A qualificação técnica, por sua própria natureza, deve mostrar aptidão concreta para a execução da prestação contratual. Não se mostra juridicamente



adequada, portanto, a exigência de registro da empresa perante conselho profissional ou de manutenção de profissional pertencente a determinada categoria profissional quando o objeto contratado não envolve atividade própria ou dependente daquela habilitação.

No presente caso, a atividade objeto do credenciamento é eminentemente médica. Por conseguinte, os requisitos de qualificação técnica devem guardar correspondência com as atividades médicas que serão efetivamente executadas, especialmente no que concerne à habilitação, regularidade profissional e disponibilidade dos médicos responsáveis pela prestação dos serviços.

A manutenção da exigência também deve ser afastada à luz dos princípios que regem as contratações públicas. A exigência de habilitação deve, portanto, ser submetida a um juízo de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

No caso em exame, ainda que se reconheça à Administração competência para definir os requisitos necessários à garantia da adequada execução contratual, não se identifica relação de necessidade entre a exigência de profissional administrador e a prestação dos serviços médicos objeto do credenciamento. Da natureza jurídica do credenciamento e da necessidade de preservação do amplo acesso de interessados

O procedimento em exame possui natureza de credenciamento, instituto expressamente previsto no art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e disciplinado pelo art. 79 do mesmo diploma legal. Na hipótese prevista no inciso I do art. 79, o credenciamento é utilizado quando se mostra viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

O parágrafo único do dispositivo estabelece, ainda, que a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

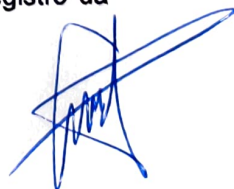
Essa característica é particularmente relevante para a análise da exigência impugnada.

Se o ordenamento jurídico concebe o credenciamento como procedimento destinado a admitir, de forma permanente, novos interessados que preencham os requisitos necessários, a Administração deve estabelecer condições de habilitação estritamente relacionadas à aptidão necessária para a execução do objeto.

Em se tratando de serviços médicos destinados à complementação da assistência prestada pela Rede Municipal de Saúde, a ampliação do universo de prestadores aptos ao credenciamento atende diretamente ao interesse público, desde que preservados os requisitos efetivamente necessários à garantia da qualidade e segurança da prestação.

A retirada da exigência ora examinada, portanto, não representa flexibilização indevida dos critérios de habilitação. Ao contrário, aprimora adequação do instrumento convocatório aos limites legais, eliminando requisito que não guarda pertinência com objeto e preservando, simultaneamente, as demais exigências destinadas a assegurar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica dos interessados.

Do afastamento, de ofício, da exigência de registro da empresa perante o CRA: Embora a impugnação tenha dirigido expressamente sua pretensão às alíneas "j" e "k" do item 10.1.2.3 do Edital, a análise integral da matéria evidencia a necessidade de afastamento também da exigência constante da alínea "i", relativa ao registro da própria empresa perante o Conselho Regional de Administração – CRA.



Isso porque as três exigências possuem fundamento material comum: vinculam a participação da pessoa jurídica à área de Administração, mediante registro perante o CRA e/ou manutenção de profissional administrador em seu quadro ou mediante vínculo contratual.

Reconhecida a ausência de pertinência da formação em Administração com o objeto do credenciamento, não subsiste fundamento jurídico autônomo que legitime a exigência de registro da própria empresa perante o respectivo conselho profissional.

A manutenção isolada da alínea "i" produziria, inclusive, incongruência normativa no próprio instrumento convocatório, na medida em que se afastaria exigência de profissional administrador, mas permaneceria condicionada a participação da empresa ao registro perante entidade profissional relacionada à mesma atividade estranha ao objeto.

Impõe-se, assim, o afastamento de ofício da alínea "i", em observância aos princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e autotutela administrativa. A Administração Pública não apenas pode, como deve corrigir exigências editalícias quando, no curso da análise administrativa, verificar que determinado requisito não encontra suporte jurídico ou material suficiente.

Nesse sentido, a autotutela administrativa autoriza a Administração a rever seus próprios atos quando constatada incompatibilidade com a ordem jurídica ou com o interesse público, sem prejuízo da preservação dos demais atos e condições que permaneçam hígidos.

No caso concreto, o afastamento das alíneas "i", "j" e "k" não compromete a finalidade do procedimento, mas, ao contrário, promove sua adequação aos princípios que regem as contratações públicas.

Por fim, o acolhimento da impugnação não implica, contudo, a desconstituição das demais exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 005/2026.

Permanecem hígidos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e, especialmente, aqueles relacionados à qualificação técnica pertinente à efetiva prestação dos serviços médicos.

O comedimento ora adotado possui alcance delimitado e específico, restringindo-se às exigências relativas ao registro da empresa no CRA e à apresentação de profissional com formação em Administração e respectivo vínculo.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando os elementos constantes dos autos, a natureza do objeto, as disposições do Edital de Credenciamento nº 005/2026, bem como os princípios e normas estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 14.133/2021, esta Comissão de Contratação:

CONHECE da impugnação apresentada pela empresa DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade;

ACOLHE a impugnação, reconhecendo a inadequação jurídica das exigências relativas à formação em Administração e ao registro perante o Conselho Regional de Administração – CRA, por ausência de pertinência e indispensabilidade em relação ao objeto do Credenciamento nº 005/2026;



DETERMINA a exclusão, do item 10.1.2.3 do Edital de Credenciamento nº 005/2026, das exigências constantes das alíneas "i", "j" e "k", bem como das disposições correlatas constantes do item 8.2, alíneas "i", "j" e "k", do Anexo I – Termo de Referência;

CONSIGNA que, em razão da presente decisão, os interessados poderão requerer o credenciamento independentemente da apresentação de profissional com formação superior em Administração, da comprovação de vínculo com profissional dessa área ou da apresentação de registro da empresa perante o Conselho Regional de Administração – CRA, permanecendo integralmente exigíveis as demais condições de habilitação previstas no instrumento convocatório;

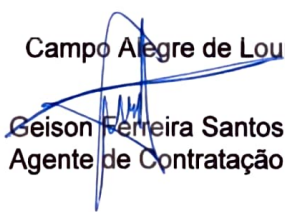
DETERMINA a adoção das providências necessárias à retificação do Edital, mediante publicação de errata ou aviso de alteração, com a exclusão das exigências ora afastadas e a correspondente atualização do Termo de Referência, assegurando-se a devida publicidade e transparência aos interessados;

CONSIGNA que a alteração promovida possui caráter saneador e ampliativo da participação, por afastar requisito não indispensável à execução do objeto, sem prejuízo da manutenção das demais exigências de habilitação e qualificação efetivamente pertinentes à prestação dos serviços médicos;

DETERMINA que seja dada ciência da presente decisão à empresa impugnante e aos demais interessados, inclusive àqueles que eventualmente já tenham apresentado ou protocolado documentação para fins de credenciamento, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Nos termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21, a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial.

Campo Alegre de Lourdes/BA, 12 de Agosto de 2026.


Geison Ferreira Santos
Agente de Contratação